

Instituto do Museu Jaguaribano: discurso e cidade

Alex da Silva Farias¹

Resumo: A cidade de Aracati guarda toda a atmosfera de uma época da história do Ceará, através do seu conjunto arquitetônico que reflete o florescimento cultural e econômico pelo qual passou. No município há alguns bens históricos tombados pelo IPHAN, dentre eles o Solar do Barão do Aracati, sede do Instituto do Museu Jaguaribano. Este nasceu de uma aristocracia intelectual local e preocupada em preservar os bens históricos da região. Então como a prática do discurso destes fundadores em uma instituição de memória refletiu na história da cidade? Diante do exposto o objetivo é analisar este discurso, que nos é dado a ler nas assembleias no período de 1965 a 1985, no sentido de repensar a construção histórica da cidade. Focando a discussão nas questões que envolvem a apropriação e atuação deste discurso onde analiso os museus de cidade e o patrimônio através de uma reflexão sobre a consciência de si e dos outros.

Palavras-Chave: cidade, patrimônio, discurso, museu, memória

Abstract: The city of Aracaty retains all the atmosphere of an era in the history of Ceará, through its architectural ensemble that reflects the cultural and economic boom has gone through. The municipality for some historical assets listed by IPHAN, including the Solar Baron Aracaty, headquarters of the Institute of Museum Jaguaribano. This was born of a site and concerned about preserving the historic assets of the region intellectual aristocracy. So as the practice of discourse in these founding an institution of memory reflected in the city's history? Given the above the aim is to analyze this discourse, we are given to read in the assemblies in the period 1965-1985, in order to rethink the historical building of the city. Focusing the discussion on issues involving the ownership and operation of this discourse which analyze the museums and heritage of the city through a reflection on the awareness of self and others.

Keywords: city, heritage, speech, museum, memory.

Institute of Museum Jaguaribano: discourse and city

¹ Pós-Graduação em Metodologia do Ensino de História pela UECE/NEC/NECAD. Atualmente curso Mestrado Acadêmico em História Cultural pela Universidade Estadual do Ceará/MAHIS. Tenho experiência na área de História, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: memória, cidade, patrimônio, discurso e museologia.

Introdução:

Neste artigo construo um chão histórico ao situar o Instituto do Museu Jaguaribano² como objeto de investigação em tela para problematizar o discurso dos sujeitos sociais, fundadores³ desta instituição de memória responsável pela perpetuação de uma história local. É através da análise de um discurso da elite cultural local, durante a criação e o desenvolvimento do Instituto do Museu Jaguaribano⁴, que proponho repensar suas atividades para além de seus sistemas museais e de sua luta pela preservação dos bens histórico e culturais do município.

Portanto é a prática deste discurso, seja através de sua apropriação quando tende a legitimar uma determinada condição social de um grupo ou como atuação, quando ao criar o museu⁵, região trouxe novo incremento cultural na cidade⁶ e região Jaguaribana.

² Fundado em 15 de novembro de 1968, localizado na rua Coronel Alexanzito, 743 em Aracati, Ceará, no Edifício do Solar do Barão do Aracati.

³ Conforme Estatuto de 1984 no capítulo 02 em Parágrafo único: São considerados sócios fundadores os que se associaram a idéia da organização do Instituto no ato de sua fundação e assinaram a respectiva ata. Participaram: Raimundo Girão, Hélio Idelburque Carneiro Leal, Irmão Luís Facó, João José Dias de Oliveira, Padre João Cornelius Hennekan, Abelardo Costa Lima Filho, Abelardo Gurgel Costa Lima, Antônio Lúcio Porto Caminha, Alcy Barbosa Gurgel, Luiz Alreliano de Souza, Dr. Meton Barreto de Moraes, Irmã Helena Wanderley da Fonte, Irmã Maria Osminda Teófilo Bezerra, Irmã Catarina Nogueira, Irmã Luísa Vasconcelos Bezerril, Antônio Kleber Alexandre Gondim, Arnaldo José Rodrigues Praça, Sonia Dias de Oliveira, Rosália da Costa Nepomuceno, Norma Ribeiro da Silva, Francisco Nilton de Souza, Elizabeth Pitombeiras Freitas, Maria Bernadete Gurgel Felismino, Alba Barbosa Gurgel, Maria Stella Moreira de Souza. D. José Falcão Freire, Francisco Eriberto de Souza e Carlos Gueiros Kramer.

⁴ Por três vezes foi cogitada a intensão de criar um museu no primeiro momento em 1965 durante a reunião do Conselho Comunitário de Aracati (Fundado em 20 de janeiro de 1965) que recebeu dois cursos de Organização e Desenvolvimento da Comunidade (Patrocinados pelo Serviço Social da Indústria - SESI). Os temas circulavam em torno da influência do povoado de São José do Porto dos Barcos no desenvolvimento da zona Jaguaribana, e da dilapidação do patrimônio histórico e do comércio ilegal deste acervo. A segunda em 1967 durante o encontro do VII Seminário de Ação Comunitária promovido pelo Clube Idealista da Comunidade Aracatiense (Fundado em 07 de agosto de 1965) foi nesta ocasião em que o assunto versava sobre o enaltecimento da história do Aracati e da necessidade de se preservar os bens históricos e culturais da região, que se aplicou a ideia de criar um museu para tal finalidade. E por último em 1968, na ocasião da visita à pastoral de Aracati do bispo diocesano de Limoeiro do Norte, Dom José Freire Falcão, recebido pelo Conselho Comunitário de Aracati, quando se mostrou favorável a criação de um museu na região Jaguaribana tanto que doou as peças e objetos religiosos que hoje compõem a seção de arte sacra do Museu Jaguaribano e também pôs a disposição a Igreja de Nossa Senhora do Rosário das Almas de Aracati para sede do Museu Jaguaribano e do Arquivo do Jaguaribe. Neste momento o SESI, tendo como diretor regional o Major José Raimundo Gondim, também oferece o Solar do Barão de Aracati.

⁵ A partir da década de 70 houve uma ampliação dos conceitos de museu e patrimônio que durante a mesa redonda de Santiago no Chile considerou a instituição de museu como gestor da comunidade, tais discussões conceituais levaram a um movimento de reflexão sobre a museologia e criou duas vertentes a tradicional e a nova museologia. A primeira voltada para o objeto, um edifício, para um público específico através de uma pedagogia formal; na segunda o objeto é relacionado num contexto com ações desenvolvidas fora do edifício e exercidas pela comunidade. Ver SANTOS. Maria Cecília T. Moura. **Repensando a ação cultural e educativa dos museus**. UFBA Salvador, 1993.

⁶ Analiso a cidade não como uma unidade homogênea, mas como uma categoria de e com função coletiva distinta, é fonte de cultura material e imaterial cujos traços urbanos demonstram o processo de formação e a

É quando analiso a influência do pensamento destes fundadores e suas práticas sociais de preservação do patrimônio em um determinado contexto histórico em que inexistia um museu na região. Os interesses, influências e interferências dos sujeitos sociais e fundadores durante a construção histórica do Instituto do Museu Jaguaribano contribuiu para seleção, exaltação e censura nos objetos, nas exposições e homenagens.

Isto refletiu em uma construção simbólica do passado desta instituição de memória e como tal, de certa maneira implicou seu uso na história da cidade. Então de que forma deste discurso de preservação do patrimônio histórico, durante a criação do Instituto do Museu Jaguaribano, foi apropriado por uma elite cultural local e como seu campo de atuação interferiu na representação de uma história da cidade?

As fontes escritas foram produzidas pelos próprios sujeitos sociais e nos relatam da época em que foram constituídos e que nos são dadas a ler nas assembleias do período de 1965 a 1985. A metodologia utilizada é a análise do discurso de patrimônio e memória que dialoga com a narrativa produzida pelos sujeitos sociais e fundadores. Portanto trago um novo olhar sobre trajetória histórica desta instituição, investigando a apropriação e atuação do discurso dos seus sujeitos sociais.

A cidade de Aracati e o patrimônio:

Os museus de cidade⁷ de certa maneira nos fazem refletir sobre as suas práticas culturais e museal e nos leva a ter um olhar mais atento sobre as continuidades e rupturas de e como instituição de preservação da memória.

Tais práticas merecem atenção, pois seu exercício produz, estabelece e determina o que deve ser conhecido, lembrado e esquecido. Principalmente na história dos municípios transmitidos por seus museus de cidade e constituídas por uma elite intelectual local.

A história da cidade Aracati⁸ remonta ao período colonial⁹, quando participou não só como maior riqueza da província, mas também como centro influente de cultura deste

ocupação da cidade em diferentes formas. Ver PESAVENTO, Sandra Jathay. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. In Revista Brasileira de História vol. 27 n° 53, São Paulo, 2007.

⁷ Os museus de cidade são instituições urbanas, nostálgicas, imutáveis, míticas e de restrita leitura das contradições históricas, que permitem uma discussão sobre as intencionalidades na construção e perpetuação da história local. Ver MENESES, Ulpiano T. Bezerra. **O Museu de cidade e a consciência de cidade**. In: Museu e Cidade. Livro do Seminário Internacional. RJ: Museu Histórico Nacional, 2003 e MENESES, Ulpiano T. Bezerra. **O museu na cidade x a cidade no museu – uma abordagem histórica dos museus de cidade** in: Revista Brasileira de História vol. 05, n° 8/9, São Paulo: 1985.

período, portanto “Aracati, como porto de mar acessível, relativamente próximo do Recife e de Salvador, tornou-se mesmo antes de ser elevada à Vila, pulmão da economia colonial da Capitania, cuja riqueza era, em maior parte, por ela transitada” (GIRÃO, 1989, p.65).

Importou arquitetura e conceitos inovadores nas atitudes sociais visto em algumas casas de sobrado, praças, igrejas e monumentos assim percebidos nos

telhado para a frente, de bica, beira e sobre-beira, se era, de um lado, uma adaptação ao clima, era de outra parte, também, um símbolo de status social. Os mais modestos não passavam da bica, os melhores em situação financeira poderiam ter bica e a beira; só os mais remediados, de posição social mais elevada, tinham condições para ter, além da bica, a beira e a sobre-beira (LEAL, 1995, p.102).

Devido ao seu ascendente comércio, Aracati era a Vila¹⁰ mais populosa em 1780, de maneira que as elites local se preocuparam em manter um plano urbanístico¹¹ que acompanhasse sua atual posição frente à Província. Conforme as exigências da Coroa¹² foram tomadas medidas necessárias para adequá-la à sua posição, portanto,

⁸ Localizada a 149 km de Fortaleza no litoral leste do Estado, Aracati tem grande valor histórico para o Estado, tanto pela sua influência na economia e cultura colonial como pelo estado de conservação de seu patrimônio histórico, pois preserva em sua paisagem urbana a arquitetura de um período de desenvolvimento econômico e cultural fundamental para a construção da história do Ceará. O conjunto arquitetônico do centro histórico de Aracati passou a ser considerado patrimônio nacional e foi tombado pelo [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional](#) (IPHAN) em abril de 2000.

⁹ Quando o então Capitão-mor Pero Coelho de Sousa, para expulsar os franceses da Ibiapaba, partem da Paraíba em dois grupos: um por terra e outro pelo mar e se encontraram às margens do rio Jaguaribe. Vendo que os indígenas não lhe eram hostis ergueram um forte, em 10 de agosto de 1603 dia de São Lourenço. Edificação que viabilizou tanto o fluxo de emigrantes como a fixação da população às margens do rio Jaguaribe, aumentando o comércio e a comunicação na região que se centralizou no então povoado de São José do Porto dos Barcos do Jaguaribe. Durante o século XVIII a atividade portuária ascendeu sua produção mercantil, principalmente no período das charqueadas tanto produziu como exportou. Em 24 de fevereiro de 1748, foi elevada à Vila de Santa Cruz dos Barcos do Jaguaribe pelo Conselho Ultramarino e Vila Sede em 20 de junho de 1780, somente tornou-se cidade através de Lei provincial em 25 de outubro em 1842 quando governava o Ceará o brigadeiro José Joaquim Coelho, conforme: LIMA, Abelardo Costa. **Terra Aracatiense**. Aracati: Biblioteca de História do Ceará – I. 2º edição. 1979; e XAVIER, Ricardo Palhano. Filho, DORIAM Sampaio. **Município do Ceará, vol. 1**. – Fortaleza, Multigraf editora. 1994.

¹⁰ Porém os aracatienses reclamavam da pequena área de seus limites e exigiam o aumento de sua demarcação. O ouvidor da Comarca de Ceará encaminhou a representação dos aracatienses à Sua Majestade D. Joao VI onde reclamava terreno desde a margem oriental do rio Jaguaribe até Mossoró. A posse ocorreu em julho de 1793, porém somente estabeleceu limite às margens da direita do rio Jaguaribe ficando as da esquerda sob a jurisdição de Aquiraz até 1820, ver LIMA, Abelardo Costa. **Terra Aracatiense**. Aracati: Biblioteca de História do Ceará – I. 2º edição. 1979.

¹¹ A Igreja e as Irmandades religiosas, o estado Português, os agentes econômicos, a Câmara Municipal e os demais grupos atuaram para determinar a organização do espaço na cidade de Aracati para tanto aplicou-se a construção de um pelourinho hoje “Cruz das Almas” e da Casa de Câmara e Cadeia. Ver BARBOSA, Maria Edivani Silva. **Os agentes modeladores da cidade de Aracati-Ce no período colonial**. GeoTextos, vol. 7, n. 2, dez 2011. 13-43.

¹² D. João VI elevou o povoado a condição de vila em 1747, porém para atender as recomendações adotadas pelo Parecer do Conselho Ultramarino de Lisboa sobre o padrão morfológico para a criação de vilas foi necessário à estruturação da cidade de Aracati, para tanto o ouvidor da comarca Manuel José de Faria ergue um pelourinho

a riqueza e o contato com as gentes mais civilizadas fizeram dos aracatienses os homens mais notáveis da capitania, não só no trajar, nas artes, nas letras e nas ciências, mas nos negócios. Ser natural de Aracati representava, na época, uma legítima carta de apresentação (GIRÃO, 1989, p.67).

De maneira que sua trajetória histórica é refletida em seu conjunto arquitetônico que guarda a atmosfera de uma época que reproduziu o florescimento cultural pelo qual a cidade passou. Seu patrimônio histórico e cultural urbano se manteve preservado até nossos dias, isto só foi possível tanto pela ascensão econômica que proporcionou o consumo de bens e produtos como pelo declínio e estagnação econômica que a cidade suportou.

A queda da exportação das carnes, por consequência de secas, que dizimaram o gado no sertão, a par da entrada do produto gaúcho no mercado nacional, aos poucos conduziu o Aracati à estagnação. A decadência irreversível, entretanto só é observada após a construção da Estrada de Ferro de Baturité, iniciada em 1870, tendo como ponto de partida a capital, para a qual se desloca desde então o comando comercial da Província (CASTRO, 1977, p.11).

Por outro lado a consciência de preservação dos seus bens históricos por parte de uma elite cultural local que contribuiu para a conservação do próprio patrimônio histórico do município. Diferente de outras cidades históricas Aracati nos permite perceber singularidades em sua proposta de preservação deste patrimônio. Onde então podemos então fazer algumas considerações sobre o significado do Instituto do Museu Jaguaribano como uma instituição de preservação da memória e sua função social de lembrar o grupo de si, dos seus e dos outros.

Identifico como os fundadores do Instituto do Museu Jaguaribano os membros de uma elite cultural composta por professores, advogado, sacerdote, comerciante, políticos, médico, sacerdote e religiosos em sua maioria natural do município. Nem todos os fundadores estiveram diretamente envolvidos na criação do instituto, os sujeitos sociais foram os que realmente atuaram na sua criação e manutenção.

Dentre os já citados destaco dois em particular, devido a sua influência e participação na trajetória da instituição. O primeiro é o senhor João José Dias de Oliveira, foi doador, redigiu o primeiro estatuto e produziu textos sobre a história local. O segundo o Dr. Hélio

em 1748, hoje Praça Cruz das Almas, logo depois foi demarcado o local para a construção da Casa de Câmara e Cadeia, construída somente em 1779 no local atual. Ver BARBOSA, Maria Edivani Silva. **Os agentes modeladores da cidade de Aracati-Ce no período colonial**. GeoTextos, vol. 7, n. 2, dez 2011. 13-43 e BARBOSA, Maria Edivani Silva. **Aracati (CE) no Período Colonial: Espaço e Memória**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Estadual do Ceará, 2004.

Idelburque Carneiro Leal não é natural da cidade, porém foi doador, presidente e diretor além de advogado e escritor, foi de longe o mais empenhado na criação de um museu na cidade. Como eram intelectuais e de família abastada, estes possuíam algo que os unia, uma memória áurea da história da cidade voltada principalmente para o período colonial. No momento esta era a cultura política que determinava a política cultural voltada para preservação do patrimônio histórico e nacional.

Esta luta pelo tombamento trouxe uma nova ordem na política cultural local e que aproveitou as alterações no conjunto de normas de políticas públicas, culturais e artísticas, através da legitimação da posição social por erudição da instituição. Trouxe incremento do prefeito, de secretário do estado e do bispo, que foram cooptados a incluir-se na esfera cultural local através da filiação ao Museu Jaguaribano.

Foi a partir do discurso destes intelectuais que se produziu uma prática de preservação diferente no local, pois sua proposta de preservação do patrimônio modificou o cotidiano cultural da cidade. De maneira que foi através da criação, da luta pelo tombamento, da restauração e da preservação dos bens históricos que angariou apoio de políticos e da população mais esclarecida.

A corrida em direção a memória e a preservação é também uma corrida em direção ao esquecimento e a destruição. Justificar a preservação pela eminência da perda de memória e pela ameaça do esquecimento. Está a serviço dos sujeitos sociais que constroem e são construídos através das suas práticas sociais em estudar o passado sem refletir suas concordar com a ordem já estabelecida Estas instituições que tratam da preservação e difusão do patrimônio cultural apresentavam um determinado discurso da realidade.

Em suma sua prática singular de preservação do patrimônio histórico produzida por uma elite cultural, conservadora e insatisfeita com a sucessão de descaso dos gestores públicos, oportunamente permitiu a chance de conservar seu passado ilustre e que desenvolveu o pensamento de patrimônio no meio cultural local.

O Instituto do Museu Jaguaribano:

Alguns bens no município de Aracati estão sob lei de tombamento e preservação do patrimônio histórico estadual dentre eles¹³, o Solar do Barão do Aracati¹⁴ onde funciona

¹³ A Casa de Câmara e Cadeia, tendo como uso atual a Câmara de Aracati; a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, que exerce a atividade de culto religioso. Ver ALENCAR CUNHA, Terezinha Helena de. VELOSO,

atualmente o Instituto do Museu Jaguaribano, cujo art. 1º de seu Estatuto¹⁵ de 1971 e de 1984 citam:

Art.1º O Instituto do Museu Jaguaribano, sociedade civil, sem cor, político-partidária, ideológica ou religiosa, com sede na cidade de Aracati, Estado do Ceará, fundado em 15 de novembro de 1968, tem por finalidade precípua a preservação do patrimônio histórico e acervo cultural da zona Jaguaribana através do Museu Jaguaribano e do Arquivo do Jaguaribe a ele anexo. (ESTATUTO, 1984, p.06).

Foi o Instituto do Museu Jaguaribano¹⁶ que deu amparo legal para o Museu Jaguaribano e o Arquivo do Jaguaribe funcionarem, pois sua criação surgiu de uma ideia e uma estratégia de ação cuja intenção era de institucionalizar-se, “através do Museu Jaguaribano e do Arquivo do Jaguaribe a ele anexo” (ESTATUTO, 1984, p.06).

Particularmente o Instituto do Museu Jaguaribano nos interessa pelo fato de ter sido segundo seus fundadores o museu que representava toda a região Jaguaribana¹⁷, e de vanguarda, era a única instituição local que lutava pela preservação dos bens histórico e cultural da região¹⁸. Embora seu discurso fosse pela preservação do patrimônio histórico e cultural da região Jaguaribana priorizava apenas os bens do município de Aracati, considerando a si como o centro da cultura erudita local.

Francisco Augusto Sales. **Patrimônio Tombado — Guia bens do Ceará Tombamento**. Secretaria da Cultura e Desporto, Ceará, 1995.

¹⁴ O Historiador, Antero Pereira Filho afirma que o Solar teria em maior parte de sua existência pertencido ao Barão de Messejana, e depois em homenagem ao Dr. José Pereira da Graça Filho, o Solar do Barão de Aracati. Ver SOBRADO DO BARÃO: **Desfazendo um Equívoco**- Por Antero Pereira Filho 21 de junho de 2008. [online]. Disponível via Internet via [www. url: http://luacheia.art.br/site](http://luacheia.art.br/site). capturado em 28 de abril de 2011.

¹⁵ O primeiro Estatuto foi de 1971 redigido pelo professor Geraldo da Silva Nobre; Felício Idelburque Carneiro Leal e o professor João José Dias de Oliveira e ainda submetido à aferição da Secretaria de Cultura e do senhor Bispo, conforme LEAL, Hélio Idelburque Carneiro. **Singelo documentário de alguns atentados ao patrimônio cultural de Aracati 1940 – 1994**. UNIFOR: Fortaleza, 1995.

¹⁶ Na inauguração em 22 de dezembro de 1968, o então prefeito Ruperto Cavalcante Porto, em solenidade fez agradecimentos a Secretaria de Cultura do Estado; a Diocese de Limoeiro do Norte; a Prefeitura Municipal de Aracati; o Conselho Comunitário de Aracati; a diretoria do Instituto do Museu Jaguaribano e representantes do IPHAN e do SESI. Ainda o historiador Raimundo Girão, secretário de cultura do Estado; o escritor Braga Montenegro; a Museóloga Nair de Carvalho do Museu Nacional e o arquiteto João Barros Maia da Secretaria de Cultura do Município. Na ocasião a museóloga Nair de Carvalho que cortou a faixa simbólica de inauguração, em seguida discursou o secretário de cultura do Estado o historiador Raimundo Girão, que destacou o objetivo, finalidades e valor histórico do Museu Jaguaribano em sintonia com o plano de desenvolvimento do governo de Plácido Castelo

¹⁷ O Instituto do Museu Jaguaribano considera por Zona Jaguaribana a área que compreende os limites do município abrangendo: Icó, Itaiçaba, Jaguaratama, Jaguaribana, Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Óros, Palhano, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte, conforme ESTATUTO. **Instituto do Museu Jaguaribano**. Imprensa Oficial do Ceará. 1984.

¹⁸ Trabalhos de preservação, restauração e manutenção nas Igrejas de Nossa Senhora do Rosário, Matriz, o Pão de Santo Antônio e a Casa de Câmara e Cadeia, além dos bens e objetos históricos de seu acervo, conforme Assembleia Geral de 10 de outubro de 1982. Instituto do Museu Jaguaribano.

O Museu Jaguaribano e o Arquivo do Jaguaribe legitimavam-se um ao outro, pois ambos tinham em comum a “finalidade precípua a preservação do patrimônio histórico e acervo cultural da zona Jaguaribana” (ESTATUTO, 1984, p.06).

No Museu Jaguaribano eram desenvolvidas atividades “nas datas festivas do Brasil, do Ceará e da zona Jaguaribana” (ESTATUTO, 1984, p.09) e homenagens aos heróis nacionais e homens ilustres da cidade, “o culto dos feitos singulares da história do Ceará e do nordeste e, em particular da zona Jaguaribana” (ESTATUTO, 1984, p.09).

O Arquivo do Jaguaribe era responsável pelos documentos, fotografias e jornais do Aracati e região Jaguaribana. Por outro lado era o mantenedor da erudição e do conhecimento científico, com o intuito de dar suporte para o Museu Jaguaribano se legitimar como uma instituição responsável pela cultura local.

Apesar de seu estatuto citar “sem cor, político-partidária, ideológica ou religiosa” era uma contradição pois sua trajetória passa pelas relações de alianças e uso da estratégia de troca de influência para alcançar seus objetivos como assim indica que houve uma história política voltada para a produção cultural de determinado segmento da sociedade ou em detrimento de si.

Seu funcionamento permaneceu constante até 1972 quando o SESI negou acesso ao museu, alegando o uso do edifício para residência de seus servidores, impedindo a manutenção e recuperação das peças do acervo além da biblioteca e cômodos do Solar, ou seja, do Museu Jaguaribano e do Arquivo do Jaguaribe. Durante cinco anos o Museu Jaguaribano permaneceu fechado, “um velho descontentamento entre o SESI e a direção do Instituto do Museu Jaguaribano motivou o fechamento, há quase um ano, daquela casa de cultura”, segundo matéria veiculada em jornal¹⁹.

Em vista disto o Instituto do Museu Jaguaribano pôs como obrigação principal para a próxima gestão do período o acesso ao Museu Jaguaribano e ao Arquivo do Jaguaribe. Não houve maiores disputas pelo poder, tanto que a chapa “Nova Fase²⁰”, foi eleita e teve como “plano: pleitear junto a quem de direito, o livre acesso ao Solar do Barão de Aracati, prédio em que se acha instalado, aliás desde sua fundação o Museu Jaguaribano” (ASSEMBLEIA GERAL; 1976, p.04).

O então prefeito Abelardo Costa Lima e também sócio do Museu Jaguaribano, manteve contato com o diretor da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) o Dr.

¹⁹ “**Museu de Aracati, fechado há um ano.**” Jornal O povo 18 de Dezembro de 1975. Fortaleza. Ceará. p. 18.

²⁰ Assim constituída: Presidente – Antero Pereira Filho; Vice – Hélio Idelburque Carneiro Leal; Secretaria – Maria Porto Silvério; Tesoureira – Raimunda Zuleide Silva de Oliveira.

José Flávio Costa Lima, junto com o novo diretor do Instituto do Museu Jaguaribano o Senhor Antero Pereira Filho, conseguiram liberar o Solar do Barão de Aracati para o Museu Jaguaribano.

Vejo que os dois hierarquizam seus usos estabelecendo quem pode, quando pode e de que forma pode ser utilizado. O primeiro valoriza as relações sociais estimulou a troca de favores. O segundo privilegiou uns em detrimento de outros. Tanto no Arquivo Jaguaribe como no Museu Jaguaribano que vingava era a vontade de verdade (FOUCAULT, 2001), assim como um sistema de exclusão (FOUCAULT, 2001), apoiou-se sobre um suporte institucional que ao mesmo tempo reforçava e reconduzia um conjunto de práticas como a pedagogia, a cultura e as artes.

Mesmo quando fechado o Museu Jaguaribano, o Instituto do Museu Jaguaribano conseguiu pela Lei Estadual nº 9887 de 1974 e somente dez anos depois pela Lei Municipal nº. 10 de 1984, ser declarado bem de utilidade pública²¹. Assim mantém parceria com escolas públicas e particulares da região, aproximando professores e alunos da instituição²².

Haja vista que o seu quadro de diretores era composto por professores da rede pública e particular da região. Tanto que em sessão ordinária²³, houve humanidade entre seus diretores sobre a necessidade e importância do uso pedagógico do museu para o ensino da cidade.

Do mesmo modo o museu mantém apoio à cultura e a arte, pois tem a “finalidade de reunir, para divulgar, trabalhos de artistas aracatienses e difundir as artes plásticas do município”(ASSEMBLEIA GERAL, 1980, p.09), como pode ser constatado no empenho dos diretores em manter as exposições de fotografias, jornais, documentos antigos e trabalhos de artistas da região²⁴.

Em 1980 o Instituto do Museu Jaguaribano firma contrato de comodato com SESI por um período de quatro anos a partir de 1980, a fim de fixar sua sede e 1983 tomba o edifício. No ano de 2000 o SESI doou para uso oficial do Instituto do Museu Jaguaribano o Solar do

²¹ É o reconhecimento como instituição filantrópica, de educação, científica, cultural e artística, que presta serviços ou benefícios e de interesse para toda a coletividade.

²² FARIAS, Alex da Silva. **O uso do Museu como Patrimônio Cultural no ensino de História**. Monografia de defesa de pós-graduação em Metodologia do Ensino de História pela Universidade Estadual do Ceará, Monografia de julho de 2003. Fortaleza- CE; e FARIAS, Alex da Silva. **O Aracati e o Instituto do Museu Jaguaribano**. Monografia de defesa graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Ceará. 2000. Fortaleza- CE.

²³ Assembleia Geral de 13 de outubro de 1973. **Instituto do Museu Jaguaribano**, p.9.

²⁴ A VII exposição de fotografias do Aracati Antigo; a IV exposição de jornais antigos do Aracati e outras regiões do país; as exposições I, II e III de livros raros, papéis e documentos antigos; e as exposições de Arte, II e III em 15 de novembro de 1980 e 1981; além das homenagens e publicações.

Barão de Aracati, durante o governo de Lúcio Alcântara, passou por reformas em 2005 quando foi reaberto em 2009.

Os discursos de como estas instituições se definiam demonstra a apropriação da memória de si, sobre si e pelos outros e é objeto de reflexão sobre as suas lembranças, esquecimentos e reconhecimento de uma instituição de perpetuação da memória local. Como demonstrava na preocupação em preservar e glorificar um passado da história da cidade.

Ao diagnosticar as transformações no período de 1965 a 1980 percebo que o Instituto do Museu Jaguaribano assumiu o lugar como a instituição cultural cujo espaço privilegiou o discurso de uma determinada elite cultural da cidade.

Estes intelectuais lutaram por um ideal próprio e não coletivo como se pensava, de modo que não houve participação nem das camadas populares nem da esfera pública e sim a manutenção das mesmas estruturas sociais. Seu discurso contribuiu para a constituição da memória da instituição, pois foi durante a sua construção histórica que houve uma produção cultural de determinado segmento da sociedade ou em detrimento de si.

Conforme Foucault (2001) “a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento” (FOUCAULT, 2001, p. 09), deste modo o significado deste discurso²⁵ erudito era a confirmação da autoridade da instituição.

Ao analisar as transformações nas últimas décadas²⁶ o Instituto do Museu Jaguaribano assumiu o papel como a instituição cultural cujo espaço de preservação privilegiou não somente o discurso de uma elite, mas como instituição capaz de ordenar, civilizar e disciplinar além de consolidar um conhecimento erudito (FOUCAULT, 2001), pois o discurso dos fundadores era o mesmo da instituição.

²⁵ Abordo aqui os procedimentos de procedimentos de exclusão e interdição proposto por FOUCAULT, **Michel A ordem do discurso**. Ed. Loiola, 2001.

²⁶ Os museus nacionais mantiveram suas narrativas até 1945, após esta data o Conselho Internacional de Museus (ICOM) ampliou a definição de museu abrangendo as práticas culturais. Nas décadas de 1950 e 1960 a conservação e o papel educativo eram a prioridades dos museus. Na década de 1970 foi criticado por transmitir um discurso oficial e das elites conservadoras. Já em 1972 na Declaração de Santiago do Chile considerou se o museu como instrumento de desenvolvimento social, estas práticas levaram os museus a integrar-se a diversidade cultural local e defender seu patrimônio. Na década de 1980 produziram-se narrativas que substituíram os antigos discursos por uma nova historicidade, principalmente após a constituição de 1988 que deu maior autonomia aos municípios para criarem os museus de cidade, ver SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Museus brasileiros e política cultural*, in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19, nº 55, São Paulo Junho: 2004. Disponível na internet via [www](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=0102-690920040002&script=sci_issuetoc), url: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=0102-690920040002&script=sci_issuetoc. Capturado em 17/11/2013.

Para estes indivíduos a instituição de memória funciona como dispositivo de poder disciplinar, indicando o que se pode saber, o que se pode lembrar e esquecer, o que se pode e como se pode dizer e fazer.

Os lugares e o patrimônio.

Embora todo conceito seja uma construção social, a aproximação da noção de patrimônio²⁷ com a memória, nos proporcionou uma releitura das narrativas do discurso preservacionista (GONÇALVES, 2003). A memória também possui espaços não somente físicos mais de referência onde ela é exercida, estruturada, hierarquizada, preservada e produzida, tais espaços são considerados lugares de memória (NORA, 1981).

O patrimônio é, portanto um lugar de memória diferente, pois é campo de disputas simbólicas e de exercício de poder. (BOUDIER, 1989). Tanto a ideia de preservação²⁸ que atribui o ato de lembrar e ou esquecer, portanto o que se quer preservar, selecionar e determinar, como o tombamento consiste na exclusão de um bem cultural a outros grupos a se apropriarem de seu passado, passando assim a resignificar sua percepção baseado na hierarquia social ou significado de si e dos outros.

Nesta realidade entre a memória e o patrimônio, os espaços passam a consolidar o sentimento de reconhecimento e pertencimento determinando o que é comum e diferente entre os grupos cuja ação materializa-se nas instituições de preservação.

Desta forma a consciência de poder deste discurso (FOUCAULT, 2001 e 2008) se situa ao passar de um ponto de vista de um grupo a outro, é a mudança deste ponto de vista que faz o lugar coletivo ou individual. De maneira que estas representações destes grupos não variam apenas na posição social, mas também na percepção e apreciação deste patrimônio que se quer preservar.

²⁷ O patrimônio mudou de perspectiva, antes o foco era a nação agora é a sociedade, hoje a ação preservacionista não opera mais no físico e sim na ação cultural, articulando questões de interesse coletivo e individual. Conforme RODRIGUES, Marly. De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) nº24 Cidadania, Ministério da Cultura: 1996.

²⁸ O pensamento preservacionista foi contextualizado nas décadas de 20 e 30 quando se procurava definir uma identidade da nação. A preocupação com os monumentos arquitetônicos e históricos constitui-se a base o tombamento de imóveis do período colonial e imperial, que serviu como instrumento simbólico de controle e poder, pois viabilizou o tombamento de edificações tradicionais do período colonial e imperial definindo-as como construção de um passado legítimo da nação conforme MONNET, Jérôme. O alibi do patrimônio crise da cidade, questão urbana e nostalgia do passado. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) nº24 Cidadania, Ministério da Cultura: 1996.

Considerações finais:

O que compreendo é que as exposições e o acervo vinculam-se a um determinado discurso o que deu maior visibilidade aos objetos para que se afirmasse e confirmasse em uma narrativa, que indicava um determinado prestígio social. Isto justificava a manutenção de teorias etnocêntricas e positivistas. Quero dizer com isso que os objetos presentes nos museus são resultados de uma construção social e coletiva.

As exposições periódicas e permanentes que deveriam refletir o cotidiano da cidade era um discurso nacionalista e conservador cuja política do Instituto do Museu Jaguaribano era aumentar o número de visitantes para resolver problemas financeiros. O acesso da população ao museu não quer dizer que se está democratizando a cultura, pode-se apenas transformar os objetos em estereótipos a serviço dos usos da memória.

A concepção de patrimônio não depende apenas da vontade e decisão política dos seus fundadores nem da prática deliberada de indivíduos ou grupos, mas do significado de um discurso erudito que exigia a confirmação da autoridade da instituição na cidade. Este discurso tanto se dirigiu a uma comunidade científica como cultural, pois o Instituto do Museu Jaguaribano refletiu não somente um discurso científico, mas também um discurso político, assim pôde inferir ou conter os demais discursos.

O discurso de patrimônio estava presente no meio intelectual e foi produzido através de uma construção narrativa determinada pela coletividade. A proposta é de que se pensarmos que os discursos de patrimônio cultural tanto individual como coletivamente são, construídos e que sua preservação se efetiva a partir de um determinado momento deste discurso. Não há, portanto, patrimônio que não possua ao mesmo tempo as condições individual e coletiva.

Referência:

- ALENCAR CUNHA, Terezinha Helena de. VELOSO, Francisco Augusto Sales. **Patrimônio Tombado — Guia bens do Ceará Tombamento**. Secretaria da Cultura e Desporto, Ceará, 1995.
- BARBOSA, Maria Edivani Silva. **Os agentes modeladores da cidade de Aracati-Ce no período colonial**. GeoTextos, vol. 7, n. 2, dez 2011. 13-43
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Difel: Rio de Janeiro, 1989.

CASTRO, José Liberal de. **Pequena informação relativa à arquitetura antiga no Ceará.** Revista Aspectos Históricos. Nº. 05. Secretaria de Cultura do Estado do Ceará. UFC: Fortaleza, 1977.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** Ed. Loiola, 2001.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. Da conquista à implantação dos primeiros núcleos urbanos na capitania do Siará Grande. In: SOUZA, Simone (org.) **História do Ceará** – Fortaleza: UFC/Fundação Demócrito Rocha. 1989.

LIMA, Abelardo Costa. **Terra Aracatiense.** Aracati: Biblioteca de História do Ceará – I. 2ª edição. 1979.

LEAL, Hélio Idelburque Carneiro. **Singelo documentário de alguns atentados a O patrimônio cultural de Aracati 1940 – 1994.** UNIFOR: Fortaleza, 1995.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. **O Museu de cidade e a consciência de cidade.** In: Museu e Cidade. Livro do Seminário Internacional. RJ: Museu Histórico Nacional, 2003.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. **O museu na cidade x a cidade no museu – uma abordagem histórica dos museus de cidade** in: Revista Brasileira de História vol. 05, nº 8/9, São Paulo: 1985.

MONNET, Jérôme. O álibi do patrimônio crise da cidade, questão urbana e nostalgia do passado. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) nº24 Cidadania, Ministério da Cultura: 1996.

NORA, Pierre. **Entre memória e história. A problemática dos lugares,** in: Projeto Historia. Nº. 10. São Paulo: PUC, 1981.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias.** In Revista Brasileira de História vol. 27 nº 53, São Paulo, 2007.

RODRIGUES, Marly. De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) nº24 Cidadania, Ministério da Cultura: 1996.

SANTOS, Maria Cecília T. Moura. **Repensando a ação cultural e educativa dos museus.** UFBA Salvador, 1993.

XAVIER, Ricardo Palhano. FILHO, Dorian Sampaio. **Município do Ceará, vol. 1.** – Fortaleza, Multigraf editora. 1994.

Monografias:

FARIAS, Alex da Silva. **O uso do Museu como Patrimônio Cultural no ensino de História.** Monografia de defesa de pós-graduação em Metodologia do Ensino de História pela Universidade Estadual do Ceará, Julho de 2003. Fortaleza - Ce.

FARIAS, Alex da Silva. **O Aracati e o Instituto do Museu Jaguaribano.** Monografia de defesa graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Ceará. 2000. Fortaleza- CE.

BARBOSA, Maria Edivani Silva **Aracati (CE) no Período Colonial: Espaço e Memória.** Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Estadual do Ceará, 2004.

Fontes:

Documentos Oficiais:

Assembleia Geral de 13 de outubro de 1973. **Instituto do Museu Jaguaribano.**

Assembleia Geral de 09 de outubro de 1976. **Instituto do Museu Jaguaribano.**

Assembleia Geral de 10 de outubro de 1982. **Instituto do Museu Jaguaribano.**

Assembleia Geral de 15 de outubro de 1979. **Instituto do Museu Jaguaribano.**

Assembleia Geral de 06 de outubro de 1985. **Instituto do Museu Jaguaribano.**

ESTATUTO. **Instituto do Museu Jaguaribano.** Imprensa Oficial do Ceará. 1984.

ESTATUTO. **Instituto do Museu Jaguaribano.** Imprensa Oficial do Ceará. 1971.

Documentos Hemerográficos:

“**Museu de Aracati, fechado há um ano.**” Jornal O povo 18 de Dezembro de 1975. Fortaleza. Ceará.

Manuscrito:

LEAL. Hélio Idelbueque Carneiro. **Instituto do Museu Jaguaribano – um pouco de sua história e de suas realizações mais recentes** – Fortaleza – CE, 1979.

Documentos Em Meio Eletrônico:

SOBRADO DO BARÃO: **Desfazendo um Equívoco**- Por Antero Pereira Filho 21 de junho de 2008. [online]. Disponível via Internet via www. url: <http://luacheia.art.br/site>. capturado em 28 de abril de 2011.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Museus brasileiros e política cultural**, in: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 19, nº 55, São Paulo Junho: 2004. Disponível na internet via www, url: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=0102-690920040002&script=sci_issuetoc. Capturado em 17/11/2013

Recebido em 15 de fevereiro de 2014

Aprovado em 05 de maio de 2014